



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0010774-16.2018.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Auxílio-Alimentação**  
 Requerente: **LUCIANA MARA TOLEDO PIZA DE SOUZA**  
 Requerido: **DETRAN - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - SÃO PAULO**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **GABRIELA MULLER CARIOBA ATTANASIO**

Vistos.

LUCIANA MARA TOLEDO PIZA DE SOUZA move ação contra DETRAN - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - SÃO PAULO, alegando que é funcionário público estadual, concursado, desde 22/04/2010, sendo que, em 04/12/12, a requerida concedeu o benefício do vale refeição, no valor diário suplementar de R\$ 15,00, aos servidores lotados nas unidades da Capital e da Grande São Paulo, deixando de contemplar os servidores que trabalham no interior, ferindo o princípio da isonomia. Aduz que a situação foi regularizada, a partir de agosto de 2016, através da portaria nº 160, de 24/03/16, que ampliou o benefício a todos os servidores estaduais do DETRAN, tendo, portanto, direito aos atrasados, no total de R\$ 16.200,00.

Contestação a fls. 87/101, refutando os argumentos do autor.

A preliminar de incompetência do Juízo trabalhista foi admitida, e o feito foi redistribuído a esta Especializada.

É o relatório.

Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do NCPC, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas, valendo lembrar que, "presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder" (STJ, REsp 2.832-RJ, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. 04/12/91).

Trata-se de pretensão de servidor do Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo, lotado no interior, buscando equiparação, por isonomia, a servidores lotados na capital, para efeitos de recebimento de "vale-refeição", desde o ano de 2012.

**0010774-16.2018.8.26.0566 - lauda 1**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

O auxílio-alimentação foi instituído pela Lei Estadual nº 7.524/91:

“Artigo 1.º - Fica instituído, no âmbito da Administração Centralizada do Estado, auxílio-alimentação para funcionários e servidores, sob a forma de distribuição de documentos para aquisição de gêneros alimentícios, "in natura" ou preparados para consumo imediato, em estabelecimentos comerciais. Parágrafo único - O valor do benefício a que se refere este artigo será fixado e revisto por decreto, consideradas as necessidades básicas de alimentação e as disponibilidades do erário”.

Não há ofensa à isonomia a diferenciação estabelecida entre os servidores lotados na capital e aqueles no interior, na medida em que se encontram em situações fáticas distintas, economicamente díspares, estabelecendo a legislação supra que serão “*consideradas as necessidades básicas de alimentação*” a justificar tratamento diferenciado entre os servidores de acordo com o seu local de trabalho.

Ademais, “*não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia*”, como definiu a Súmula Vinculante nº 37 do Supremo Tribunal Federal.

Assim já se decidiu:

“AÇÃO ORDINÁRIA – Servidores públicos do DETRAN – Pretensão ao recebimento das diferenças do auxílio alimentação em valor idêntico ao que é pago aos servidores lotados na Capital – Inadmissibilidade – Não há ofensa ao princípio da isonomia decorrente da norma legal que institui o benefício – Deve ser observada a disponibilidade do erário – Observância da Súmula Vinculante 37, do STF – Precedentes desta C. 9ª Câmara e Corte – Sentença e improcedência mantida – Honorários recursais ora fixados - Recurso não provido” (TJSP; Apelação 1010345-27.2017.8.26.0482; Relator: Rebouças de Carvalho; Órgão Julgador: 9ª Câmara de Direito Público; Foro de Presidente Prudente-Vara da Fazenda Pública; Data do Julgamento: 01/10/2018).

E ainda:

“APELAÇÃO AÇÃO ORDINÁRIA SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL DETRAN/SP Pretensão ao recebimento, por servidor lotado no interior, de auxílio-alimentação instituído aos servidores da capital Sentença de improcedência Pleito de reforma da sentença Não cabimento Benefício instituído pela Lei Est. nº 7.524, de

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****VARA DA FAZENDA PÚBLICA****RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

28/10/1991 Auxílio concedido mediante o preenchimento dos critérios de necessidades básicas de alimentação e de disponibilidade do erário Concessão de benefício que implica indiretamente aumento de remuneração Inteligência da Súm. Vinc. nº 37, de 24/10/2014, do STF APELAÇÃO não provida. Majoração dos honorários advocatícios em segunda instância, nos termos ao art. 85, §11, do CPC” (TJSP; Apelação 1001787-87.2017.8.26.0572; Relator: Kleber Leyser de Aquino; Órgão Julgador: 3ª Câmara de Direito Público; Foro de São Joaquim da Barra - 1ª Vara; Data do Julgamento: 11/09/2018).

E mais:

"SERVIDORA DO DETRAN - PRETENSÃO DE EQUIPARAÇÃO DO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO RECEBIDO PELOS SERVIDORES DA CAPITAL – INADMISSIBILIDADE - COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DO ÓRGÃO EMPREGADOR – SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA – RECURSO NÃO PROVIDO." (TJSP; Recurso Inominado 1007313-83.2018.8.26.0577; Relatora: Marise Terra Pinto Bourgoigne de Almeida; Órgão Julgador: Turma Recursal da Fazenda Pública; Foro Central Cível - 33ª VC; Data do Julgamento: 30/10/2018) .

Ante o exposto, julgo o processo, com resolução do mérito, na forma do artigo 487, inciso I, do CPC e IMPROCEDENTE o pedido.

A presente sentença é proferida, ainda que o cadastro no SAJ esteja diferente, pelo Juizado da Fazenda Pública, afeto a esta mesma unidade judicial (art. 600, I das NCGJ), vez que o Juizado da Fazenda Pública é o competente para o processo e julgamento da presente causa nos termos do art. 2º, caput da Lei nº 12.153/2009, competência esta absoluta como dispõe o § 4º do mesmo dispositivo legal. Se o presente feito não estiver atribuído, no SAJ, ao JEFAZ, providencie a serventia a necessária correção.

Sem verbas sucumbenciais (art. 55 da Lei nº 9.099/95).

P I

São Carlos, 06 de dezembro de 2018.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**